



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Trabalho, direitos e lutas de classes

O NEOLIBERALISMO E SEUS IMPACTOS PARA A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

JOSIAS DE OLIVEIRA PORTO NETO¹

RESUMO:

Pretende-se abordar duas implicações do neoliberalismo e das transformações no mundo do trabalho para a organização dos trabalhadores: **a generalização da concorrência entre os trabalhadores e a redução das relações de socialização no trabalho**. Este trabalho é uma revisão bibliográfica. Utiliza-se como categorias teóricas centrais: neoliberalismo e precarização social do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: neoliberalismo; precarização; sindicalismo.

ABSTRACT:

The aim is to address two implications of neoliberalism and transformations in the world of work for the organization of workers: the generalization of competition between workers and the reduction of socialization relations at work. This work is a bibliographic review. The central theoretical categories are used: neoliberalism and social precariousness of work.

KEYWORDS: neoliberalism; precariousness; unionism.

¹ Universidade Federal da Bahia

1. Introdução

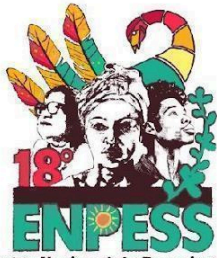
Almeja-se neste artigo abordar duas implicações importantes do neoliberalismo e das transformações recentes no mundo do trabalho para a resistência e organização dos trabalhadores. São elas: (1) **a generalização da concorrência entre os trabalhadores** e (2) **a redução das relações de socialização no trabalho**. Compreende-se aqui que a ofensiva neoliberal é, ela própria, em um sentido, resultado do enfraquecimento dos projetos societários encampados pelas organizações dos trabalhadores. E ela é, também, e de forma decisiva, uma estratégia voltada para impedir a reativação da força desses projetos. Por isso a importância de refletir sobre seus impactos e implicações neste sentido.

O artigo começa com uma primeira seção em que se analisa a relação entre a crise do movimento socialista e ofensiva neoliberal especialmente a partir de Netto (1997). Segue, ainda nesta sessão, abordando o início deste movimento enquanto corrente teórica e depois enquanto força política, esta parte especialmente com base em Anderson (1995). A seção seguinte aborda a relação entre o neoliberalismo e as transformações na organização do trabalho e da produção a partir dos anos 1970, e o seu principal resultado neste terreno: a precariedade. Utiliza-se nesta parte especialmente Harley (1992) e Bourdieu (1998). Na quarta seção aborda-se o aprofundamento da precariedade e da desagregação da classe nas transformações mais recentes do mundo do trabalho. Para isso, recorre-se a um texto de Antunes (2018) e outro de Filgueiras e Cavalcante (2020). Por fim, na última seção, tece-se algumas reflexões sobre os dois desafios principais, resultantes desse processo, abordados como entraves à organização e resistência dos trabalhadores: a radicalização da concorrência e a redução da socialização no mundo do trabalho.

2. A crise do movimento socialista e a ofensiva neoliberal

Segundo José Paulo Netto (1997) existe uma importante relação entre a crise do chamado "socialismo real" e dos *Estados de bem-estar social* e a ofensiva neoliberal.

Na origem da crise dos *Estados de bem-estar social* estaria o fim de uma longa onda expansiva do capital. Esta onda expansiva corresponde aos chamados *30 anos gloriosos* do pós segunda guerra. Este período excepcional de patamares nunca vistos de crescimento econômico permitia aos países do capitalismo central, principalmente, garantir importantes direitos sociais



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

aos trabalhadores ainda que mantendo suas altas taxas de lucro. Essa onda expansiva foi substituída, desde a década de 1970 pelo que Mandel (1985) chama de uma “longa onda recessiva do capital”.

Mas, se essa base econômica ajuda a compreender a possibilidade da existência dos Estados de bem-estar social, não é suficiente para entender sua necessidade. A sua necessidade só pode ser compreendida no campo da luta de classes e da política. É a existência do “socialismo real” e o impacto que este modelo inspira ao movimento dos trabalhadores que ajuda a entender o porquê de haver uma inflexão no capitalismo permitindo que ele pareça “mais humano”. (NETTO, 1997)

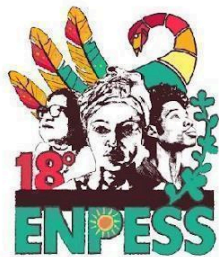
Cabe resgatar mais fielmente a discussão do autor (NETTO, 1997), que identifica duas principais pressões que explicariam a resposta do *Welfare State* especialmente nos países capitalistas centrais da Europa. Ele vai dizer que existia uma pressão internacional, representada pelo campo socialista mundial (motivada especialmente pelo impacto da experiência do Leste europeu) e uma pressão nacional, representada pela força do movimento sindical e do movimento socialista dentro destes países.

A crise do chamado “socialismo real” tem origens mais profundas do que essa base econômica que explica (ao menos nesta dimensão) a crise do *Welfare State*. José Paulo Netto (1997) dá uma centralidade ao aspecto mais sócio-político desta crise. Há uma falência destas experiências, especialmente do leste europeu, em promover a chamada transição socialista. Netto (1997) vai identificar esta falência nos limites da *socialização do poder político* e da própria *socialização da economia*. Não cabe nestas linhas aprofundar essa complexa discussão. Cabe mencionar que os impactos da frustração com a experiência do “socialismo real” serão históricos e profundos.

As duas crises associadas, e relacionadas, afirma Netto (1997), abriram um caminho para o início da ofensiva neoliberal.

A crise global da sociedade contemporânea, que marca peculiarmente as três últimas décadas deste século revela-se - plena, embora não exclusivamente - na *crise do Estado de bem-estar* e na *crise do chamado socialismo real* as duas conformações societárias que, cada uma a seu modo, procuraram soluções para os antagonismos (e suas consequências) próprias a ordem do capital.

Nestas duas crises, elas mesmas muito distintas, a *crise global* mostra sua dramaticidade, que se expressa como possibilidade de regressão social - de que o denominado *neoliberalismo* é paradigmático (NETTO, 1997, p. 66).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O neoliberalismo já existia enquanto corrente teórica e política há bastante tempo. Esse movimento começa a se constituir logo depois da segunda guerra mundial ainda na vigência dos Estados intervencionistas e de bem-estar social. E surgem com uma reação teórica e política contra tais Estados. Friedrich Hayek, Milton Friedman, Ludwig Von Mises, Karl Popper, entre outros, são em geral identificados com os seus precursores. A primeira organização mais sólida, e internacional, deste movimento é a chamada Sociedade Mont Pèlerin, fundada em 1947, que reúne estas personalidades citadas, além de diversas outras. (ANDERSON, 1995)

Estes primeiros formuladores do neoliberalismo eram contra qualquer tipo de regulação estatal do mercado e também qualquer tipo de regulação social. Defendiam que a desigualdade era um valor positivo e imprescindível. Qualquer busca por igualdade era vista por estes teóricos como negativa por destruir a liberdade do cidadão e a força da concorrência. A liberdade e a concorrência seriam condições para a prosperidade. O mercado e a concorrência deveriam nortear todas as esferas da vida social. Estas são algumas das concepções-chaves por estes defendidas (abordadas aqui muito brevemente), que se desdobram em outras: como uma defesa da necessidade de altos índices de desemprego, a contestação da força e do poder "excessivo" dos sindicatos, a contestação dos gastos sociais do Estado etc. Estas ideias tiveram pouca força social, afirma Anderson (1995), no contexto de crescimento econômico dos chamados "anos dourados", quando surgiram.

É com a crise dos anos 1970 que o neoliberalismo ganha força material para começar a disputar a hegemonia da sociedade. Como já abordado, a crise se combina com um processo de enfraquecimento do movimento socialista mais amplo (e suas relações com o enfraquecimento do movimento sindical e das experiências de "socialismo real"). Um marco importante para identificar o início desta ofensiva foram os governos explicitamente neoliberais que começaram a ganhar eleições, nessa conjuntura, e implementar as primeiras medidas dessa "nova" orientação econômica, política e ideológica. Dentre vários destes governos destaca-se na Inglaterra, Margaret Thatcher, nos Estados Unidos, Ronald Reagan, no Chile, Augusto Pinochet (neste caso, resultando de um golpe militar). No final dos anos 1970 e início dos anos 1980 o neoliberalismo deixa de ser uma corrente teórica pouco influente e passa a ganhar força como projeto político em diversos governos. (ANDERSON, 1995)

3. Neoliberalismo nas relações de trabalho



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

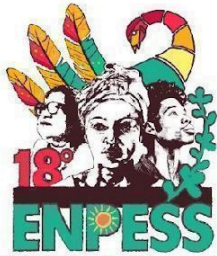
A consolidação desta ofensiva neoliberal só é possível com a combinação de um outro movimento, relacionado a este, que se dá na dimensão da produção e do trabalho. Como afirma Gramsci (2007, p. 247), "a hegemonia nasce na fábrica". É a partir de uma nova cultura imposta pelas transformações nas relações de trabalho, que se desdobram das mudanças na forma de organização do trabalho e da produção, que os valores neoliberais se consolidam.

Até a década de 1970 vigorava como grande modelo de organização do trabalho da produção, o chamado padrão fordista, ou taylorista fordista. O fordismo foi em um certo sentido o resultado de um longo processo de racionalização da administração da força de trabalho. Esse processo culminou com a adoção de uma cultura que combinou um determinado modelo de organização do trabalho e da produção com seu correspondente modelo de consumo. É o modelo baseado na produção em massa de mercadorias padronizadas e no correspondente consumo de massa destas mesmas mercadorias. (HARVEY, 1992)

Para submeter os trabalhadores fordistas a um trabalho rotineiro e monótono, especialmente nas grandes fábricas de automóveis (mercadoria modelo desse momento histórico), o padrão fordista garantia, ao menos a estes trabalhadores do centro da produção, "recompensas". O modo de persuasão e coerção, para usar os termos de Gramsci (2007), para impor o controle sobre a força de trabalho (BRAVERMAN, 1983) perpassa por: altos salários, direitos sociais, relativa estabilidade no emprego, descanso semanal de dois dias etc.

Estes direitos não eram garantidos ao conjunto dos trabalhadores. Há desigualdades do ponto de vista das diferenças regionais, entre os países centrais e os países periféricos. Há desigualdades também dentro dos próprios países capitalistas centrais. Trabalhadores imigrantes, negros (no caso dos Estados Unidos por exemplo), de setores menos importantes nesse processo produtivo do capitalismo fordista, em geral não alcançavam estas mesmas condições. Contudo, este era o modelo, a vitrine, o ideal a ser almejado pelo conjunto dos trabalhadores, e que assim sustentava a dominação ideológica destes tempos.

Segundo Harvey (1992) a forma de acumulação do contexto keynesiano fordista se baseava nesse padrão de produção e consumo de massa. Uma cultura de massa que, vai defender ele (HARVEY, 1992), tem impactos nas diversas outras dimensões da vida social, dos valores, da cultura. Mas as possibilidades de acumulação a partir deste modelo se esgotaram com a crise dos anos 1970. O mundo produtivo precisa se rearticular para encontrar uma nova forma de acumular. As condições políticas da classe trabalhadora, como aborda-se brevemente na primeira sessão



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

deste artigo, já permitiam uma dominação que se utilizasse mais da coerção do que da persuasão. Ou, a persuasão utilizada para dominar poderia mobilizar muito mais o medo e a ameaça do que a “ilusão” (considerando que as concessões fordistas eram muito mais uma ilusão para a grande maioria dos trabalhadores). Mas, no contexto fordista, para persuadir uma grande maioria, era necessário algumas garantias ainda que para uma minoria. Chega um momento em que nem mais a esta minoria é possível garantir direitos, ao menos não nos mesmos patamares.

Harvey (1992) diz, ao teorizar sobre a transição do chamado “padrão fordista” para o “padrão da acumulação flexível”, que há uma mudança no equilíbrio, e poderíamos completar, na hegemonia e centralidade, entre os sistemas fordistas e não fordistas existentes no mundo:

Podemos, a meu ver, referir muitas das mudanças superficiais do comportamento econômico e das atitudes políticas a **uma simples mudança de equilíbrio entre sistemas fordistas e não fordistas de controle do trabalho associada com a imposição de uma dada disciplina aos primeiros**, seja através da competição com estes últimos (reestruturações e racionalizações forçadas), do desemprego disseminado ou de repressão política (empecilhos ao poder sindical) e deslocamentos geográficos para países ou regiões ‘periféricos’ e de volta aos centros industriais (...). (HARVEY, 1992, p. 180) (*grifo nosso*)

Fazendo um paralelo e parafraseando Luiz Filipe Miguel (2020) estabelece-se uma “teleologia às avessas”²: o norte almejado pelos trabalhadores dos países periféricos era alcançar o modelo fordista dos países centrais, mas acontece o inverso. Passasse a uma progressiva regressão das condições e relações de trabalho no sentido de aproximação das realidades de maior precariedade. Não são mais as “ótimas” condições de salário e de direitos dos trabalhadores fordistas dos setores mais importantes e dos países centrais que serão agora utilizados como exemplo, como vitrine, como horizonte possível de ser alcançado, para dominar ideologicamente os demais. Aos poucos passam a ser as condições extremamente precárias dos trabalhadores da periferia ou mesmo a condição do não trabalho, do desemprego, que são mobilizadas para amedrontar e submeter aqueles que ainda trabalham a aceitarem as imposições deste novo momento. (DRUCK, 2013)

² O autor mencionado utiliza esta expressão para tratar de um processo contemporâneo que ele chama de desdemocratização no Norte global. Segundo Miguel (2022) vive-se no mundo uma crise da democracia liberal que modifica uma tendência vigente no contexto histórico anterior. A aceitação de regimes pouco democráticos, desde que no Sul global, tinha como componente a expectativa (ou promessa) de que em algum momento elas alcançassem a “pujança” (ao menos aparente) das democracias nos países do capitalismo central. O que estamos assistindo com sistemas políticos no mundo é uma tendência inversa. Uma degradação das democracias ditas “consolidadas”, aproximando o “Norte” de experiências autoritárias do “Sul”. O paralelo aqui é feito com as condições de trabalho no contexto do fordismo, na sua transição para o contexto neoliberal. Ao invés dos países periféricos alcançarem as relações de trabalho fordistas, que figuravam como norte almejado, é exatamente o processo inverso que acontece.

Bourdieu (1998) vai afirmar que a precariedade, neste novo contexto do capitalismo, passa a estar por toda parte. Aquilo que é chamado eufemisticamente de "flexibilidade", é na verdade, segundo o autor, uma condição que implica numa "desestruturação da existência", "de suas estruturas temporais", a "degradação de toda a relação com o mundo e, como consequência com o tempo e o espaço" (BOURDIEU, 1998, p. 72). A efemeridade e descartabilidade que configuram as novas relações de trabalho, de forma mais direta ou mais indireta, afetando alguns mais e outros menos, implicam em consequência subjetivas ao conjunto dos trabalhadores.

O desemprego massificado, o trabalho extremamente precário e incerto, as incertezas quanto ao futuro, e mesmo quanto ao presente, implicam numa condição subjetiva geral, ao conjunto dos trabalhadores que é chamado por Bourdieu (1998) de "insegurança subjetiva". Para o autor a possibilidade de ter esperanças e de lutar prescinde de alguma certeza mínima sobre o presente e também sobre o futuro. Alguma possibilidade de racionalidade sobre as condições de sustento e de vida. A perda completa de qualquer certeza, fruto da precariedade, gera esta condição de permanente insegurança e torna a esperança e a luta coletiva muito difíceis.

E Bourdieu (1998, p. 74) vai além, aborda como esta "concorrência generalizada", que a precariedade impõe entre trabalhadores de empresas diferentes, de países diferentes, mas também dentro do mesmo ambiente de trabalho, "é destruidora de todos os valores de solidariedade e de humanidade". Estes são, muito provavelmente, os impactos mais nefastos do neoliberalismo para a organização e as resistências coletivas dos trabalhadores.

A questão da concorrência foi abordada por Engels (2010) como algo constitutivo da sociedade burguesa moderna. Existe uma luta permanente no capitalismo entre as diversas classes sociais, mas também no interior de cada classe entre seus membros. Seja entre os burgueses, seja entre os proletários: há uma disputa constante "pela vida, pela existência, por tudo e que, em caso de necessidade, pode ser uma guerra de morte (...). Cada um constitui um obstáculo para o outro e, por isso, todos procuram eliminar quem quer que se lhes cruze o caminho e tente disputar seu lugar" (ENGELS, 2010, p. 117, *grifo do autor*). Para o autor, a superabundância da força de trabalho disponível pressiona os trabalhadores que concorram entre si por melhores posições e/ou pela garantia do próprio emprego. Essa disputa permanente entre os trabalhadores permite à burguesia impôr salários mais baixos e aumentar a produtividade do trabalho.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Engels (2010) também aborda aqui a dimensão política deste tema. A concorrência entre os trabalhadores é, segundo o autor, a arma mais eficiente da burguesia na sua luta contra o proletariado. Os trabalhadores, por sua vez, tentam suprimir esta concorrência a partir da associação entre eles. E é justamente por isso que a burguesia combate como pode essas associações. Mas a união e organização dos trabalhadores e a luta contra a burguesia torna possível desenvolver a solidariedade e a consciência de classe, de forma a suprimir esta concorrência, segundo o autor.

Bom, se a concorrência entre os trabalhadores é uma característica constitutiva das relações sociais no sistema capitalista, é preciso refletir sobre como ele se manifesta em cada momento histórico. Mais precisamente, é preciso refletir sobre a sua intensificação nesta transição entre o padrão fordista e o chamado “padrão de acumulação flexível”. É preciso refletir, ainda, sobre uma possível aprofundamento desta característica no contexto da ampliação da precarização do trabalho no tempo presente. Para isso, vale resgatar um debate realizado por alguns autores, dentre eles Druck (2002), sobre a diferença entre o que ela chama de “precariedade” e “precarização”.

A precariedade é uma condição intrínseca ao trabalho assalariado sob o capitalismo, caracterizada por situações de insegurança, baixos salários, e ausência de direitos. Já a precarização refere-se ao processo pelo qual o trabalho se torna mais precário, resultado de políticas e práticas empresariais que visam a flexibilização das relações de trabalho. (DRUCK, 2002)

Ou seja, assim como a precariedade, a concorrência entre os trabalhadores, que está intrinsecamente ligada a ela, está presente nas relações sociais em toda a história do capitalismo. Contudo, se olharmos o atual estágio do capitalismo, em que vigora uma forma específica de organização do trabalho e da produção (portanto de condições de trabalho), que Harvey (1992) chama de “padrão de acumulação flexível”; especialmente na comparação com o estágio anterior (o padrão fordista) há um aprofundamento da precarização. Fenômeno esse que é chamado por Druck (2002) de processo de precarização social do trabalho. É preciso refletir como a precariedade, ou seja, o aprofundamento das condições que intensificam este problema da concorrência entre os trabalhadores, se aprofunda no atual momento do capitalismo e como dificultam profundamente a solidariedade e organização entre os trabalhadores. Este processo de precarização se amplia ainda mais com as transformações do mundo do trabalho no tempo presente.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

4. O aprofundamento da precariedade e da desagregação da classe

É possível afirmar, assim, que a precariedade da qual Bourdieu (1998) trata, se aprofunda nas transformações mais recentes do mundo do trabalho, no Brasil e no mundo. É o que apontam a maioria das pesquisas da área.

Antunes (2018) afirma que vigoravam no Brasil, mesmo antes desta ofensiva neoliberal, um padrão de superexploração da força de trabalho. Baixos salários, ritmos intensos de produção, e uma série de condições já precárias marcavam a exploração e acumulação capitalista nos anos anteriores aos primeiros governos explicitamente neoliberais. A partir da década de 1990 acontece uma simbiose entre estas marcas já históricas das relações de trabalho brasileiras com a influência de novas características impulsionadas pela chamada reestruturação produtiva. Há uma combinação entre elementos oriundos do fordismo (naquilo que ele influenciou as relações de trabalho no Brasil), uma marca histórica de superexploração do trabalho (considerando especialmente nossa herança escravocrata) com os instrumentos da chamada produção flexível.

Resulta desta simbiose características importantes que vão marcar o mundo do trabalho no Brasil contemporâneo, como a informalidade. Essas características vão ser potencializadas com as mudanças na composição do mundo do trabalho que vão acontecer entre os anos 1980 e 2000. Essas mudanças refletem uma relocalização do Brasil na divisão internacional do trabalho. O principal desdobramento desta relocalização é a redução da expansão industrial (expansão que aconteceu até a década de 1980) e um crescimento do setor terciário a partir de então. Com estas transformações as relações de trabalho se tornam ainda mais precárias.

A enorme expansão do Trabalho em *call centers* e *telemarketing*, das empresas de TIC³, cada vez mais inseridas no processo de valorização do capital, gerou o nascimento de um novo proletariado de serviços, o infoproletariado ou cibertariado.

Assim, em plena *era da informatização do trabalho* no mundo maquinal-digital, vem ocorrendo também um processo contraditório, marcada pela *informalização do trabalho* (trabalhadores sem direitos), presente na ampliação dos terceirizados/subcontratados, flexibilizados, trabalhadores em tempo parcial, teletrabalhadores, potencializando exponencialmente o universo do trabalho precarizado." (ANTUNES, 2018, p.136)

E estas transformações no mundo do trabalho, possibilitadas ainda mais pelo avanço da informatização, não param. E se direcionam no sentido de aprofundar cada vez mais a precariedade. Filgueiras e Cavalcante (2020) analisam justamente a desconfiguração das relações assalariadas nas "supostas novas formas de trabalho" relacionadas à utilização das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC).

³ Tecnologias da Informação e Comunicação.

No artigo em questão os autores (FILGUEIRAS e CAVALCANTE, 2020) contestam justamente um debate realizado na academia, em empresas e instituições, que caracterizam essas "novas" formas de trabalho como não sendo relações de assalariamento. Os autores constroem uma argumentação para defender que, ao contrário do que se apregoa, estas "novas" formas não possuem, em seu conteúdo, uma diferença do trabalho assalariado. Na verdade, elas utilizam mecanismos que negam ou mascaram a condição de assalariamento para radicalizar o controle, a subordinação e a exploração dos trabalhadores; e fazem isso também para se negar a garantir qualquer compromisso com a proteção destes trabalhadores.

Este mascaramento da relação de emprego, da condição assalariada, se aprofundou com o trabalho mediado pelos chamados "aplicativos" e "plataformas". Nestes casos além da condição assalariada rejeita-se o próprio caráter laboral da relação. Os trabalhadores são tidos como clientes das empresas. Há toda uma discussão que os autores (FILGUEIRAS e CAVALCANTE, 2020) fazem de forma muito qualificada sobre os equívocos das diversas abordagens teóricas, inclusive no campo crítico, que capitulam a esta noção de "superação" das relações assalariadas. Para o propósito deste artigo, contudo, o mais importante é atestar o aprofundamento da precariedade na difusão de formas de exploração que dissimulam as relações assalariadas, implicando numa "flexibilidade" ainda mais radical e na quase completa dissolução de laços e de relações de socialização entre esses trabalhadores.

5. Algumas reflexões sobre os desafios postos

Druck e Franco (2007) ao tratarem sobre a terceirização, desenvolvem uma reflexão sobre como esta forma de contratação e de relação de trabalho, implica na redução da socialização entre os trabalhadores. Os laços de solidariedade e sociabilidade entre trabalhadores são profundamente reduzidos já que neste formato há uma fragmentação dos coletivos de trabalhadores. Em um mesmo espaço físico trabalham, muitas vezes, empregados contratados por diversas empresas diferentes. Há um distanciamento e mesmo hierarquização que opõe os contratados pela empresa principal e empregados de outras diversas contratantes. Esta fragmentação dificulta a construção de identidades e de ações coletivas.

A terceirização é abordada pelas autoras como o principal mecanismo de flexibilização das relações de trabalho no Brasil, especialmente durante a partir da década de 1990. Assistimos, no contexto mais recente, um aprofundamento e uma diversificação de novas formas flexíveis e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

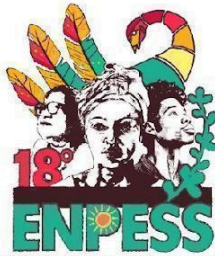
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

precárias de contratação no mundo e no Brasil. A recente Reforma Trabalhista, especialmente com a aprovação a Lei 13.467/2017 (que alterou diversos pontos da Consolidação da Legislação Trabalhista - CLT), e a Lei 13.429/2017 (que passou a permitir de forma indiscriminada a terceirização e o contrato temporário), consolidou este processo. Ele se combina com o já mencionado aqui, processo que tem sido chamado de *uberização* das relações de trabalho, em que há um conjunto de implicações com o advento da mediação das relações de trabalho pelas plataformas digitais. É preciso investigar em que medida esta nova realidade aprofunda ainda mais esta redução da socialização e sociabilidade entre os trabalhadores, abordado por Druck e Franco (2007).

Nestas diversas formas de precarização dos contratos de trabalho está presente esta quase destruição dos coletivos de trabalho. Cada vez mais o processo de trabalho se pulveriza e este trabalhador coletivo é cada vez menos experimentado e percebido pelos trabalhadores. Isso se combina a um trabalho cada vez mais fluído, temporário, descartável. O retorno às condições de superexploração e perda de direitos nos remete às condições cada vez mais semelhantes à do operário dos primórdios do capitalismo industrial, investigado por Engels (2010).

É possível também traçar um diálogo entre este tema e a reflexão de Bourdieu (1998) sobre as implicações profundas da concorrência generalizada (própria da precariedade neoliberal) na solidariedade e mesmo humanidade dos trabalhadores. Ele aborda a generalização da concorrência, em um cenário de permanente medo de perder o que "se tem" (um trabalho mais estável, ou mesmo qualquer trabalho). E por isso a concorrência entre os trabalhadores se torna a principal ameaça a essa solidariedade, tão necessária para qualquer resistência. Mas a convivência cotidiana entre os trabalhadores, a percepção de que se sofre dos mesmos problemas; a percepção, portanto, de que somos "iguais" entre nós, e diferentes daqueles que nos empregam, pode ser talvez uma possibilidade de reduzir o impacto desta concorrência nas relações de solidariedade.

Bourdieu (1998) questiona se a precariedade (por conta destas implicações) não seria uma estratégia política para impor a dominação. Nas palavras dele "começa-se assim a suspeitar de que a precariedade é o produto de uma vontade política, e não de uma fatalidade econômica" (BOURDIEU, (1998, p. 74). Cabe hoje nos questionar: o aprofundamento desta precariedade com a redução das próprias relações de convivência e socialização entre os trabalhadores, não é também uma estratégia política para impedir qualquer resistência?



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

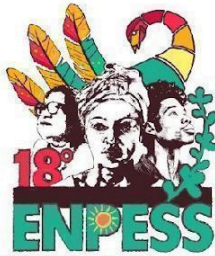
Há que se levar em conta que a experiência histórica deste novo contexto, depois de anos de vigência da chamada “ofensiva neoliberal”, sustentada na derrota dos dois projetos societários do pós-guerra, como afirma Netto (2001), complexifica ainda mais o cenário. Quando Engels (2010) analisa o problema havia ainda como horizonte, mesmo que muito distante para a maioria dos trabalhadores, a “utopia” de uma outra sociabilidade possível. Este horizonte não se perdeu por completo, mas enfrenta hoje o peso do fracasso das tentativas históricas de alcançá-los.

Engels (2010) defende que só o lento processo de associação e organização entre os trabalhadores, as experiências de luta coletiva, é que se contrapõem à concorrência e vão fortalecendo a solidariedade e consciência de classe. A radicalização da concorrência e a redução da socialização entre os trabalhadores do tempo presente são, portanto, agravados porque não vivemos um contexto de desenvolvimento das experiências de luta e organização dos trabalhadores, como no tempo de Enges (2010), mas do oposto inverso. Há uma dinâmica histórica de enfraquecimento do movimento sindical e das organizações políticas dos trabalhadores.

Reencontrar um caminho de retomada do fortalecimento das lutas e deste instrumentos organizativos é o único caminho para fazer frente ao aprofundamento da individualização dos trabalhadores. Não é um desafio pequeno. Também não é, contudo, um desafio impossível.

Referências

- ANDERSON, P. **Balço do neoliberalismo**. In.: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pósneoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**, Boitempo, 2018. Cap 7: A nova morfologia da classe trabalhadora no Brasil recente: operariado da indústria, do agronegócio e dos serviços, p. 117-136
- BOURDIEU, P. **A Precariedade está hoje por toda parte**. In: Contrafogos, Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1998.
- BRAVERMAN, H. **Trabajo y capital monopolista: La degradación del trabajo en el siglo XX**. Mexico: Editorial Nuestro Tempo, 1983.
- DRUCK, G. Precarização e novas formas de regulação do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 41-86.
- DRUCK, G. Precarização Social do Trabalho. IN.: IVO, A. (org) **Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social**, Ed Annablume, 2013, pp 373-381



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

DRUCK, G.; FRANCO, T. Terceirização e precarização: o binômio anti-social em indústrias. In.: DRUCK, G.; FRANCO, T. (org.) **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização.** São Paulo: Boitempo, p. 97-118, 2007.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

FIGUEIRAS, V.; CAVALCANTE, S. O trabalho no século XXI e o novo adeus à classe trabalhadora. **Princípios**, v. 39, n. 159, p. 11-41, 2020.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere.** Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 4.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna.** São Paulo: Ed. Loyola, 1992.

MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio.** Nova Cultural. São Paulo, 1985.

MIGUEL, L. F. **Democracia na periferia capitalista: impasses do Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

NETO, J. P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal.** São Paulo: Editora Cortez, 3ª ed., 2001.